

Economia solidária e educação profissional: aproximações sobre o acesso de trabalhadores associados à profissionalização no Brasil

• Maria Luiza Freitas Marques do Nascimento

Resumo

A qualificação profissional passa a ser uma demanda necessária para a produção das organizações que compõem o movimento de economia solidária no Brasil. Para garantir a viabilidade econômica e consequentemente a geração de renda a todos os trabalhadores associados, são buscados, muitas vezes, os cursos do mercado privado e de instituições paraestatais. Nesse trabalho, são verificados os tipos de acesso à qualificação por parte de 4 organizações localizadas na região metropolitana de São Paulo e as possibilidades da Rede Federal em assumir essa tarefa.

PALAVRAS-CHAVE: economia solidária; educação profissional; trabalho associado.

Introdução

Os países de capitalismo dependente vêm acompanhando uma intensa desestruturação do mercado de trabalho a partir de reformas que “enxugam” o Estado e, portanto, reduzem políticas sociais de amparo à população e afrouxam direitos sociais. Não somente, o crescimento do desemprego estrutural, as novas formas de contratação sem formalização e a precariedade dos postos de trabalho apontam para medidas governamentais que vão ao encontro dos processos de flexibilização, terceirização e precarização, ou seja, deliberações que priorizam o fator econômico em detrimento do fator social.

Nesse sentido, em contraposição a esse cenário (de desemprego e da informalidade) característico do mercado de trabalho, diversos movimentos sociais brasileiros despontam como possibilidade organizativa dessa massa populacional. Também como fruto da intensificação neoliberal da economia, surgem no Brasil várias organizações econômicas populares. A economia solidária (ES) no Brasil é um movimento que tem na sua base empreendimentos econômicos solidários (EES) e contou com considerável apoio institucional nos governos petistas (2003-2016), constituindo uma Secretaria Nacional (SENAES) atrelada ao Ministério do Trabalho.

Iremos apresentar uma breve análise sobre a capacitação dos trabalhadores da ES, cujo acesso a qualificação já acontece, porém através de cursos curtos. Objetivamos compreender quais são as instituições educacionais acessadas pelas grupos produtivos e qualidade desses cursos. Apontamos as possibilidades necessárias para fortalecer a educação do trabalhador.

Revisão Teórica

A crise capitalista que assolou a década de 1970 apoiou-se no modelo toyotista para conduzir os processos produtivos. A formação do trabalhador é marcada pela teoria do capital humano, isto é, exige-se um sujeito polivalente que contribua com o processo econômico-produtivo. Esse entendimento que a educação tinha a função de “preparar as pessoas para atuar num mercado de trabalho em expansão que exigia força de trabalho educada” (SAVIANI, 2013, p. 429), transformou-se mais tarde, a partir da década de 90, num novo sentido. O neoliberalismo impulsionou a formação do trabalho que era centrada em demandas coletivas para a satisfação de interesses privados, depois a educação “passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição de empregos disponíveis.” (idem, p. 430)

A educação profissional seguiu tal lógica de formação da classe trabalhadora: cursos aligeirados “como forma de viabilizar o acesso a alguma ocupação precarizada, que permita alguma condição de sobrevivência” (KUENZER, 1999, p. 133). A oferta desses cursos de qualificação profissional não garante empregabilidade, muito menos dispõe de uma formação que garanta os conhecimentos escolásticos mínimos. A ES, movimento social que tenta viabilizar outro projeto econômico, cultural e social para o conjunto dos trabalhadores, propõe o trabalho autogestionário como saída ao desalento de milhões de excluídos do acesso aos direitos e a renda no Brasil e na América Latina.

Moacir Gadotti (2009) declara que a “educação e a qualificação social e profissional são importantes para o fortalecimento dos

Empreendimentos solidários e para evitar a dispersão num campo onde a diversidade é enorme.” (p. 54) Essa formação é necessária para que os trabalhadores consigam tanto operar e dirigir seus empreendimentos, como lidar com questões externas ligadas ao mercado competitivo. Por parte do Estado, necessita-se

(...) um duplo esforço: de um lado, oferecer capacitação profissional; do outro, favorecer a sociabilidade positiva de modo a permitir o reencontro do auto-respeito e da autoconfiança, para que as pessoas queiram de fato deixar de depender da assistência pública ou privada e disponham-se a investir tempo e esperança na montagem de empreendimentos, sejam estes coletivos, familiares ou individuais. (SINGER apud MELLO, 2005, p. 49)

Metodologia

A partir dos dados coletados no campo de pesquisa na região metropolitana de São Paulo, foi possível fazer algumas considerações sobre o acesso aos cursos de qualificação profissional. **Através da aplicação da técnica de entrevista semiestruturada, entrevistamos lideranças de 4 empreendimentos. Ainda estamos no momento de análise dos dados coletados a fim de constituir os resultados da pesquisa de mestrado.** Foram entrevistados uma cooperativa de alimentação; uma cooperativa de prestação de serviço em coleta de óleo e produção de sabão e produtos de limpeza; uma empresa solidária de artesanato; e um grupo informal de produção de alimentos orgânicos. As lideranças citaram alguns cursos que tornaram o trabalho mais profissional;

na visão delas, antes havia amadorismo e faltava-lhes técnicas para aprimorar os produtos como o de precificação, manipulação e condições sanitárias de alimentos, corte e costura, confecção de bolsas, produção de boneca, panificação, confeitaria, atendimento ao cliente e de boas práticas e empreendedorismo.

Com a necessidade de buscar aperfeiçoamento de algumas técnicas ou a certificação necessária para trabalhar, os empreendimentos muitas vezes acabaram procurando cursos em instituições privadas. Também foram mencionados espaços formativos nas instituições do Sistema S, cursos apoiados e oferecidos pelo Senai, Sebrae e Sesc.

A qualificação por meio da educação profissional de nível técnico ou no ensino superior mediante a entrada em

instituições públicas (federais ou estaduais) não foi citada.

Os cursos rápidos disponíveis no mercado e no Sistema S, cada vez mais apelam para o discurso do empreendedorismo individual e da economia criativa. Os meios de comunicação divulgam casos de sucesso, oportunidades lucrativas e inovadoras proporcionadas pelo “cenário desfavorável” de desemprego.

A **revisão bibliográfica da literatura** sobre ES apontou que existiu preocupação da SENAES com a formação sociopolítica dos empreendimentos, sustentada pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ). No entanto, não conseguiram implementar no conjunto de ações, políticas agressivas de qualificação segundo as demandas profissionalizantes dos trabalhadores.

Conclusões e Resultados

Verificaremos que já existem alguns cursos de cooperativismo (técnico e tecnólogo) que cumprem o papel de formar os trabalhadores conforme as demandas da ES: é o caso dos IFs do Paraná e do Rio Grande do Norte. Também encontramos inúmeros cursos de profissionalização que podem ter como público alvo os trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários. São os cursos técnico em panificação e reciclagem, salgadeiro, agricultura familiar, agente cooperativista, costureiro etc.

Além da profissionalização, muitas vezes são ofertados por essas instituições, cursos de menor duração que também se mostram essenciais ao desenvolvimento cultural e intelectual dos membros dos empreendimentos, ao fortalecimento e articulação do movimento de economia solidária: Curso Gestão de Direção e de Produtos em Economia Solidária (IFRN); Especialização em Inovação

Social com ênfase em Economia Solidária e Agroecologia (IF Baiano); e Programa de Economia Solidária “Paul Singer” (IFSP).

A rede federal é composta por 643 unidades, que entrecortam o Brasil, muitas delas localizadas em cidades de extrema pobreza e vulnerabilidade social, com potencial de atender as necessidades dos arranjos produtivos locais e dar respostas a necessidade qualificação. A estrutura intelectual e científica, composta por técnicos e docentes altamente qualificados e a infraestrutura, de inúmeros campi com salas equipadas e laboratórios de alto nível, para exemplificar, poderiam favorecer a qualificação necessária ao trabalho e a competição dos empreendimentos da economia solidária, além de impulsionar a formação sociopolítica que os Ifs oportunizam pela sua própria trajetória de debates sobre a formação integral e politécnica da classe trabalhadora.

Referências

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como praxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In: FERRETI, Celso J.; SILVA JR., João dos Reis Silva; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (orgs.) **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, São Paulo, 1999.

MELLO, Sylvia Leses de. Saber e fazer, fazer e aprender: escola itinerante, política pública e Economia Solidária. In: Kruppa, Sonia M. Portella (org.). **Economia solidária e educação de jovens e de adultos**. Brasília: Inep/MEC, 2005 p. 13-20.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2013.